

Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner - Karl Marx¹

Evaristo Colmán *

[...] *Valor*. Segundo o senhor Wagner, a teoria do valor de Marx é “a pedra angular de seu sistema socialista” (p. 45). Como eu nunca construí nenhum “sistema socialista”, trata-se, evidentemente de uma fantasia dos Wagner, Schäffle e *tutti quanti*. Além disso: segundo isso², Marx “encontra a substância social comum do valor de troca, o único a que aqui se alude, no trabalho, a medida da magnitude do valor de troca no tempo de trabalho socialmente necessário, etc.”.

Eu não falo em parte alguma da “substância social comum do valor de troca”; o que afirmo é que os valores de troca (pois o *valor de troca* não existe sem ao menos dois) representam algo *comum a eles*, algo “em absoluto independente de seus valores de uso” (ou seja, aqui, de sua forma natural), a saber: “o valor”. Assim [no livro I de *O Capital*], se afirma: “aquele algo comum que se corporifica na relação de troca ou valor de troca da mercadoria é, seu valor. No curso de nossa investigação voltaremos de novo ao valor de troca, como manifestação necessária ou forma obrigatória de manifestar-se o valor, que por ora estudaremos independentemente de outra forma (p.13).³

Eu não afirmo, portanto, que a “substância social comum do valor de troca” seja o “trabalho”; e como trato largamente, numa seção especial, da *forma do valor*, ou seja, do desenvolvimento do valor de troca, seria disparatado pretender reduzir esta “forma” à “substância social comum”, ao trabalho. O senhor Wagner esquece também que para mim não são sujeitos nem o “valor” nem o “valor de troca”, mas tão somente a *mercadoria*.

¹ Estas glosas marginais são o último trabalho econômico de Marx. foram encontradas num caderno de extratos de leituras dos anos 1881-82 intitulado “Coisas econômicas em geral (X)”. As glosas que publicamos aqui são uma seleção traduzida da edição de *O Capital* preparada e publicada pelo “Instituto Marx-Engels-Lênin” de Moscou (Verlag für Literatur und Politik, Viena-Berlin), pp. 841-853 (Apêndice). Para facilitar a compreensão destas glosas (que não foram redigidas por Marx para serem publicadas, pois, se trata só de notas-comentários de leituras), os redatores alemães desta edição interpolaram no texto algumas palavras esclarecedoras, entre colchetes. Também da mesma edição alemã foram tomadas as notas que aqui figuram com a indicação (Ed.). O título exato do livro à que se referem as glosas de Marx é: *Adolf Wagner, Allgemeine oder theoretische Volkswirtschaftslehre, Ester Teil. Grundlegung. Grundlagen der Volkswirtschaft Volkswirtschaft und Recht, besonders Vermögensrecht*. Segunda edição notavelmente corrigida e aumentada, Leipzig e Heldberg, 1879. Publicado como o Tomo I do *Lehrbuch der politischen Oekonomie in einzelnen selbstständigen Abteilungen*, reed. por A. Wagner e E. Natze. (Ed.).

* Assistente Social/PUC-SP, doutor em História pela UNESP e docente do Curso de Serviço Social da UEL
E-mail: colman@uel.br

² As palavras “segundo isso” devem, certamente eliminar se, para que o texto faça sentido (Ed.).

³ A paginação se refere à segunda edição do tomo primeiro de *O Capital*. (Ed.)

Outra coisa: “esta teoria (a de Marx) não é tanto uma teoria geral do valor como uma *teoria do custo*, inspirada em Ricardo” (l.c.). Tanto no *O Capital* quanto na *obra de Sieber* (se soubesse russo), teria [podido] perceber o senhor Wagner a diferença que existe entre minha teoria e a de Ricardo, quem na verdade só se ocupa do trabalho como *medida da magnitude dos valores*, sem encontrar, portanto, o nexos entre sua teoria do valor e a natureza do dinheiro.

Quando o senhor Wagner diz que esta não é “uma teoria geral do valor”, do seu ponto de vista tem toda razão, uma vez que para ele formular uma teoria geral do valor significa fazer elucubrações em torno da palavra “valor”, o que lhe permite, além disso, somar-se à confusão academicista, típica dos alemães, que misturam o “valor de uso” e o “valor”, pois ambos os conceitos tem em comum esta palavra. Mas, quando diz que se trata de uma “*teoria do custo*”, incorre ou numa redundância ou numa falsidade. Em uma redundância, porque as mercadorias, na medida em que são valores [ou seja], em que representam somente algo *social*, trabalho *humano*⁴, e na medida em que a *magnitude de valor* de uma mercadoria é determinada, segundo meu ponto de vista, pela *quantidade de tempo de trabalho que contem*, etc., ou seja, pela massa normal de trabalho que custa produzir um objeto, etc.⁵, mas o senhor Wagner prova o contrário ao nos assegurar que esta etc. teoria do valor não é “a geral”, porque não está de acordo com o parecer do senhor Wagner acerca da “teoria geral do valor”. *Uma falsidade*: Ricardo (segundo Smith) confunde o valor e o custo de produção; na minha *Contribuição à Crítica da Economia Política* e nas notas de *O Capital*, alertei explicitamente que os *valores* e os *preços de produção* (que não fazem outra coisa senão expressar em dinheiro os custos de produção) não coincidem. Por que não? Isto eu *não* disse ao senhor Wagner.⁶

Além disso, ele afirma que “procedo arbitrariamente”, porque “só reduzo estes custos à chamada prestação do trabalho, no seu sentido mais restrito. Isto pressupõe sempre uma prova que até hoje ninguém aportou, a saber: a de que o processo de produção pode desenvolver-se sem a mediação dessa atividade dos *capitalistas privados* que cria e investe o capital” (p. 45).

Ao invés de jogar nas minhas costas a responsabilidade de provar fatos futuros, o senhor Wagner teria que provar que nas inumeráveis sociedades *que existiram antes dos capitalistas privados aparecerem* (nas comunidades da antiga Índia, nas coletividades familiares dos países eslavos do sul, etc.) *não existia um processo social de produção*, e não digamos um processo de produção puro e simples. Além disso, Wagner só poderia dizer: a exploração da classe operária pela classe capitalista, tal como Marx a apresenta, é uma realidade, mas, Marx se equivoca ao considerar este regime econômico como transitório, ao contrário de Aristóteles, que se equivocava ao *não* considerar como transitório o *regime escravagista*.

“Enquanto não se aporte essa prova (ou, noutros termos, enquanto exista o regime capitalista), o *ganho do capital* será *também* (aqui é onde assoma a mãe do

⁴ *Humano*, sublinhado no original (Ed.).

⁵ Marx demonstra aqui que sua teoria do valor é, efetivamente, uma “teoria do custo”, se por “custo” se entende o “custo real” da mercadoria, quer dizer, o trabalho investido nela. “O custo capitalista de uma mercadoria se mede pelo capital investido, o custo real pelo trabalho que representou” (*O Capital*, livro III, cap. i.) (Ed.)

⁶ Cfr. *O Capital*, tomo I.

carneiro), *a rigor*, um elemento ‘constitutivo’ do valor e *não*, como querem os socialistas, algo *subtraído ou algo roubado ao operário* (pp. 45, 46). ‘Subtração ao operário’ diz literalmente ele; não sabemos que ‘subtração’ será essa, se refere à subtração da pele ou a que. Entretanto, eu não apresento nunca o ganho do capitalista como uma *subtração* ou um ‘roubo’ cometidos contra o operário. Pelo contrário, considero o capitalista como um funcionário indispensável do regime capitalista de produção e demonstro bastante minuciosamente que não se limita a ‘subtrair’ ou ‘roubar’, mas, o que faz é conseguir a *produção da mais-valia*; quer dizer que ajuda, antes de tudo, a criar aquilo que há de ‘subtrair’, e demonstro também largamente que inclusive na troca de mercadorias trocam-se tão *somente equivalentes* e que o capitalista – sempre e quando pague ao operário o valor real de sua força de trabalho – tem pleno direito – dentro, naturalmente, do regime de direito que corresponde a este sistema de produção – a de apropriar-se da *mais-valia*. Mas, tudo isto não transforma o ‘ganho do capital’ em ‘elemento constitutivo’ do valor, senão que demonstra simplesmente que no valor não ‘constituído’ pelo trabalho do capitalista há uma parte que este pode apropriar-se ‘por direito’, quer dizer, sem infringir o regime de direito que corresponde à troca de mercadorias.

“Esta teoria só leva em consideração, de modo demasiado unilateral este elemento determinante do valor (primeira redundância: a teoria é falsa porque Wagner possui uma ‘teoria geral do valor’ com que esta não coincide e porque, portanto, seu ‘valor’ encontra-se determinado pelo ‘valor de uso’, como atesta, por exemplo, o salário do professor; segundo: o senhor Wagner faz passar como valor o ‘preço comercial’ em cada momento ou, o preço das mercadorias, diferente daquele, o que é muito distinto do valor), os *custos*, mas não o outro, a utilidade, o *proveito*, o *fator necessidade* (ou seja, não mistura o ‘valor’ e o *valor de uso*, para agradar a um trapalhão inato como Wagner). Não apenas não corresponde à *formação dos valores de troca no comercio atual* [‘No comercio livre atual’ diz Wagner] (refere-se a *formação dos preços*, a qual não altera em nada a *determinação do valor*: de resto, no *comercio atual* operam-se, evidentemente, toda uma série de *formações de valores de troca*, como sabe todo fundador de sociedades anônimas, todo falsificador de mercadorias, etc., que nada tem a ver com a *criação de valores*, ainda que não percam de vista, por certo, os valores já ‘criados’; de resto, para determinar, por exemplo, o *valor da força de trabalho*, eu parto do fato de que se pagou realmente seu valor, ainda que de *fato não seja assim*. O senhor Schäffle, em sua obra *Capitalismo*, etc., entende que isto é algo ‘grandioso’, ou uma coisa parecida. Só quer se referir com isto a um método cientificamente necessário), senão que, além disso, como Schäffle em sua *Quintessência* e principalmente em seu *Corpo Social*, demonstrou já de um modo magnífico e *certamente definitivo* (!) não corresponde tampouco com⁷ às condições que necessariamente teriam que dar-se no *estado social hipotético de Marx*, ou seja, no estado social que o senhor Schäffle teve a amabilidade de estruturar por mim, se converte no ‘estado social de Marx’ (não naquele estado em que a Marx atribui a hipótese de Schäffle). Isto pode comprovar-se de *modo claro* no exemplo do trigo e de outros artigos semelhantes, cujo *valor de troca*, dada a influência das colheitas variáveis com uma demanda quase igual, num sistema de ‘*taxas sociais*’, teria também que regular-se necessariamente *de outro modo que pelo simples custo*.” Cada palavra uma asneira. Em primeiro lugar, eu não falei em parte alguma em ‘taxas sociais’, e

⁷ A palavra *com* sobra (Ed.).

para *investigar o valor* me ative concretamente às condições burguesas, sem aplicar esta teoria do *valor* a um ‘estado social’ que sequer me incomodei em construir, uma vez que o senhor Schäßle o fez por mim. Em segundo lugar, quando sobe o preço do trigo como consequência de uma má colheita sobe, em primeiro lugar, o *valor* desta, uma vez que uma quantidade de trabalho *se materializa agora numa quantidade menor do produto*; e em segundo lugar, sobe ainda mais o seu *preço de venda*. Que tem isto a ver com a minha teoria do valor? Precisamente, quanto mais por encima do seu *valor* se venda o trigo,⁸ mais *por baixo do seu valor* se venderão outras mercadorias, seja em espécie ou sob forma de dinheiro, e isto mesmo quando seu próprio preço em dinheiro *não abaixe*. A *soma de valor* continua sendo a mesma, ainda que a expressão de valor de toda *esta soma de valor* em dinheiro aumente, ainda que, portanto, aumente a soma daquilo que o senhor Wagner considera a soma de “valor de troca”. Isso acontece se supomos que a *redução de preço* operada na soma das outras mercadorias não cobre o *preço de sobre-valorização* (excesso de preço) do trigo. Mas, neste caso, o valor de troca do dinheiro cairá, portanto, abaixo de seu valor; a soma de valor de todas as mercadorias não apenas continua sendo *a mesma*, senão que inclusive se mantém igual a sua *expressão em dinheiro*, se incluirmos o dinheiro entre as mercadorias. Além disso, no “estado social” o aumento do preço do trigo além do aumento do valor que supõe a má colheita será, certamente, menor do que é hoje, com os atravessadores. Sem contar que o “estado social” preocupar-se-á em organizar desde o primeiro momento a produção, de modo que o rendimento anual do trigo só dependa em proporções mínimas das mudanças climáticas. O volume da produção, a oferta e a procura serão objetos de uma regulação racional. Finalmente, supondo que as fantasias de Schäßle acerca disto fossem realidade, que pode provar a “taxa social” a favor ou contra da minha teoria do valor? Tão pouco quanto as medidas obrigatórias adotadas para racionar os mantimentos, em caso de penúria, num barco, numa praça sitiada ou durante a revolução francesa, etc., medidas que não implicavam nem um tostão de *valor*. (Imaginar quanto medo infringiria ao “estado social” as *leis do valor* do “estado capitalista”⁹ e, portanto, a teoria do valor! Parece uma brincadeira de criança!)

O mesmo Wagner cita deliciado estas palavras de *Rau*: “Para evitar equívocos, convém definir o que entendemos por *valor em geral*; na terminologia alemã costuma-se tomar este conceito como sinônimo de *valor de uso*” (p. 46).

[...] *Outra derivação do conceito do valor*:

Valor subjetivo e objetivo. Subjetivo: e no sentido mais geral o valor de uma coisa = importância que “à coisa se lhe atribui em razão de sua utilidade não é nenhuma qualidade das coisas em si, ainda que objetivamente tenha como premissa a utilidade de uma coisa (e, portanto, o valor “objetivo”...). No sentido *objetivo*, entende-se por “valor” os “valores” e as *coisas que possuem um valor*, por onde (!) coisa e valor, coisas e valores, são, substancialmente, conceitos idênticos” (pp. 46, 47).

Depois de batizar como “*valor em geral*”, como “*conceito do valor*” o que costumamos chamar “*valor de uso*”, Wagner não pode deixar de nos lembrar que o valor assim (ora! ora!) “derivado” (!) é o “*valor de uso*”. Uma vez que deu ao “valor de uso” o

⁸ O manuscrito diz “o preços do trigo”; trata-se, manifestamente, de um erro. (Ed.)

⁹ No manuscrito de Marx aparece escrito encima “burguês”. (Ed.)

nome de “conceito do valor” em geral, de “valor por antonomásia”, descobre a posteriori que está pura e simplesmente tagarelado acerca do “valor de uso”, ou seja, que “derivou” este, uma vez que tagarelar e derivar são “substancialmente” operações discursivas idênticas. Mas, por causa disso, descobrimos a tramóia subjetiva que há por trás da anterior confusão “objetiva” de conceitos do senhor Wagner. Este nos revela efetivamente um segredo. Rodbertus havia-lhe escrito uma carta que podemos ler no *Tübinger Zeitschrift*, 1878, na qual explica (Rodbertus) porque há só “uma classe de valor”, o valor de uso. “Eu” (ou seja, Wagner) “aderi a este critério cuja importância já tive ocasião de ressaltar uma vez na primeira edição”. Vejam o que Wagner afirma acerca do que disse Rodbertus: “É absolutamente exato e necessário para modificar a lógica e usual ‘divisão’ do ‘valor’ em *valor de uso e valor de troca*, tal como eu mesmo o *fazia* ainda no § 3 da primeira edição” (p. 48, nota 4). E o mesmo Wagner me classifica entre aqueles (p. 49, nota) para quem o “valor de uso” deve ser “desterrado” radicalmente “da ciência”.

Tudo isto não são mais que “charlatanices”. De início, eu não começo nunca dos “conceitos”, nem, por isso mesmo, do “conceito de valor”, motivo pelo qual não tenho porque “dividir” de modo algum este “conceito”. Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Analiso esta e o faço fixando-me, antes de tudo, na *forma sob a qual se apresenta*. Descubro que a “mercadoria” é de uma parte, em sua forma material, um *objeto útil* ou, noutros termos, um *valor de uso*, e de outra parte, *encarnação do valor de troca* e, deste ponto de vista “valor de troca” ela mesma. Continuo analisando o “valor de troca” e encontro que este não é mais do que uma “*forma de manifestar-se*”, um modo especial de aparecer o *valor* contido na mercadoria, em vista do que, procedo à análise deste último. Por isso digo literalmente:¹⁰ “No começo deste capítulo dizíamos seguindo a forma de expressão tradicional: a mercadoria é valor de uso e valor de troca. Em rigor, esta afirmação é falsa. A mercadoria é valor de uso, objeto útil, e ‘valor’. A partir do momento em que seu valor reveste uma *forma própria de manifestar-se, distinta* de sua forma natural, a mercadoria revela este duplo aspecto seu”, etc. Como se vê, eu não divido o valor de uso e valor de troca, como termos antitéticos em que se decompõe o abstrato, o “valor”, apenas afirmo que, a *forma social concreta* do produto do trabalho, da *mercadoria*, é por uma parte valor de uso e por outra parte “valor”, não valor de troca, posto que este é uma simples *forma* de manifestar-se e não seu próprio *conteúdo*.

Em segundo lugar, somente um *vir obscurus*¹¹ que não entendeu nada de *O Capital* pode argumentar assim: posto que Marx em uma nota da primeira edição de *O Capital* rechaça em geral toda essa cascata acadêmica alemã sobre o “valor de uso” e remete aos leitores que queiram saber algo acerca dos verdadeiros “*valores de uso*” ao “*conhecimento pericial das mercadorias*”¹², o *valor de uso* não desempenha, segundo ele, nenhum papel. O papel que não desempenha é, naturalmente, o de termo antagônico seu, o “valor”, o qual não tem em comum com ele mais do que uma coisa: o fato de que na locução “valor de uso” apareça também a palavra “valor”. Pelo mesmo motivo poderia

¹⁰ CFR. P. 53 da presente edição. (Ed.)

¹¹ [Do latim, *homem obscuro*, aquele que desconhece a essência e os fundamentos da realidade em que vive. Ignorância que atinge a maioria dos mortais, inclusive nossos gênios e celebridades.] nota minha...

¹² Cfr. Supra, p. 33 (Ed.)

ter dito eu que descarto o “valor de troca” por não ser mais do que uma forma de manifestação do valor, mas não o “valor” em si, porque para mim o “valor” de uma mercadoria não é nem seu valor de uso nem seu valor de troca.

Quando se quer analisar a “mercadoria” – a manifestação econômica mais simples – há que deixar de lado todos os aspectos que não tem a menor relação com o objeto que se analisa. Por isso eu procuro dizer em poucas linhas o que há que se dizer da mercadoria enquanto valor de uso, ressaltando por outro lado a *forma característica* em que aparece aqui o valor de uso, o produto do trabalho, ou seja: “um objeto”¹³. pode ser útil e produto do trabalho humano, sem por isso ser necessariamente uma mercadoria. Quem satisfaz suas necessidades pessoais com o produto de seu trabalho, cria com certeza valores de uso, mas, não mercadorias. Para produzir mercadorias, *não basta produzir valores de uso, mas é preciso produzir valores de uso para outros, valores de uso sociais* (p.15)¹⁴. (Aqui está a raiz do “valor social de uso” de Rodbertus). Desse modo, o valor de uso¹⁵ – como valor de uso da “mercadoria” – adquire por si mesmo um caráter histórico específico. Na comunidade primitiva na qual, por exemplo, se produzem e distribuem os mantimentos entre os indivíduos associados, o produto comum satisfaz diretamente as necessidades de cada indivíduo, de cada produtor; aqui, o caráter social do produto, do valor de uso, reside *em seu caráter coletivo* (o senhor Rodbertus pelo contrário, transforma o “valor social de uso” da *mercadoria* no “valor social de uso em geral”, o que já é pura charlatanice).

Como podemos deduzir do que dizemos, seria pura charlatanice ao fazer a análise da mercadoria e fixando-nos em que, de uma parte aparece como valor de uso ou bem e, de outra como “valor”, “acrescentássemos” a essa observação toda uma série de observações triviais acerca dos valores de uso ou bens que não entram no mundo das mercadorias, como ocorre com os “bens do estado”, os “bens comunais”, etc., que é o que fazem Wagner e os professores alemães em geral, ou acerca do bem “saúde”, etc. Onde o estado é ao mesmo tempo produtor capitalista, como ocorre na exploração das minas, dos bosques, etc., seus produtos têm o caráter de “mercadorias” e possuem, por tanto, o caráter específico de toda outra mercadoria.

Por outra parte, o *vir obscurus* não percebeu, que já ao fazer a análise da mercadoria eu não me detenho na dupla modalidade com que este se apresenta, senão que passo imediatamente a demonstrar que nesta dupla modalidade da mercadoria se manifesta o duplo *caráter do trabalho* de que aquela é produto: do trabalho *útil*, ou seja, das modalidades concretas dos distintos trabalhos que criam valores de uso, e do trabalho *abstrato*, do *trabalho como gasto de força de trabalho*, seja qual for a forma “útil” como se gaste (no qual se fundamenta depois o estudo do processo de produção); que no desenvolvimento da *forma de valor da mercadoria* e, em última instância, em sua forma dinheiro e, portanto, do *dinheiro*, o *valor* de uma mercadoria se manifesta no *valor de uso* de outra, ou seja, na forma material de outra mercadoria; que a própria mais-valia se deriva do *valor de uso da força de trabalho*, específico e exclusivo dela, etc., etc., e, portanto, que na minha obra o valor de uso desempenha um papel muito importante, diferentemente do que desempenha em toda a economia anterior, embora, tenha-se em

¹³ No manuscrito diz, por um equívoco “produto”. (Ed.).

¹⁴ Cfr. P. 37 da presente edição. (Ed.).

¹⁵ Aqui, seguem no manuscrito as palavras “na mesma produção de mercadorias”, que suprimimos (Ed.).

conta, somente onde se parte da análise de um regime econômico dado e não de especulações abstratas acerca dos conceitos e das locuções “valor de uso” e “valor”.

Por isso, na análise da mercadoria, mesmo a propósito de seu “valor de uso”, não há por que emendar imediatamente definições do “capital”, que necessariamente viram um puro absurdo, enquanto estivermos analisando os elementos da mercadoria.

Mas, o que ao senhor Wagner incomoda na minha obra, é que não lhe dou o gosto de seguir a “tendência” academicista e patriótico-alemã que consiste em confundir o valor de uso e o valor. Ainda que muito tardiamente a sociedade alemã, pese a tudo, foi passando pouco a pouco do regime feudal de economia natural – ou pelo menos do seu predomínio – ao regime de economia capitalista, mas os professores alemães continuam ainda com um pé no velho lixo, coisa muito natural. De servos dos latifundiários, transformaram-se em servos do estado, vulgo governo. Só assim se explica que nosso *vir obscurus*, que nem sequer percebeu que meu método *analítico*, que não parte do homem [em geral], senão de um período social concreto, não tem a menor relação com aquele método de entrelaçamento de conceitos que gostam de empregar os professores alemães (“acerca de palavras é fácil discutir e sobre elas não é difícil construir um sistema”); explica-se que diga: “em consonância com o critério de *Rodbertus* e com o de *Schäffle* quanto ao caráter *do valor de uso de todo valor*, eu antepoño e destaco a apreciação do valor de uso, ainda mais quanto que a apreciação do valor de troca é simplesmente inaplicável a muitos dos mais importantes bens econômicos (o que lhe obriga a aplica-la? Já sabemos que como servidor que é do estado, sentia-se na obrigação de confundir valor de uso e valor); é inaplicável *ao estado e às suas atividades* e, inaplicável também a outras manifestações da economia coletiva” (pag. 49, nota). Isto nos lembra dos velhos químicos antes da existência de uma ciência química: como a manteiga de vaca, que na linguagem corrente chama-se simplesmente manteiga (seguindo um costume nórdico), tem uma consistência mole, deram ao *clorito*, à *manteiga de zinco*, à *manteiga de antimônio*, etc., o nome de caldos butílicos; aferraram-se, para expressá-lo nos termos do *vir obscurus*, ao caráter *manteigoso* de todas as combinações do clorito, zinco e antimônio. O verdadeiro sentido de toda esta conversa mole é: como certos bens, principalmente *o estado* (O estado é um bem? E suas “atividades”? – principalmente as atividades dos professores de economia política) não constituem “mercadorias”, não há outro remédio senão confundir e involucrar os dois caracteres antitéticos implícitos nas “mercadorias” (e que aparecem também *evidentemente na forma de mercadoria* do produto do trabalho). Quanto a Wagner e consortes, não cremos de resto que ganhem alguma coisa fazendo com que suas “atividades” sejam “apreciadas” atendendo ao seu “valor de uso”, ao seu “conteúdo” intrínseco ao invés de “apreciar-se” de acordo com seu salário (à “taxação social” como diz Wagner), ao que lhe pagam.

A única coisa um pouco clara que serve de base às baboseiras alemãs é que na linguagem corrente as palavras *valor* e *valer* se apliquem em primeiro lugar a coisas úteis que levam já longo tempo de existência, inclusive como “produtos do trabalho”, antes de transformar-se em *mercadorias*. Mas, isto guarda com a determinação científica do “valor das mercadorias” exatamente a mesma relação que o fato dos antigos empregarem a palavra *sal*, no início, para designar o sal de cozinha, motivo pelo qual o *açúcar* etc., aparece também, desde Plínio, entre as *espécies de sal* (e na verdade, todos os corpos

sólidos e incolores solúveis na água e com sabor característico) e a categoria química “sal” inclui assim mesmo o açúcar, etc.

Passemos agora ao fiador do *vir obscurus*, a *Rodbertus* (cujo estudo pode se encontrar no *Tübinger Zeitschrift*). As palavras de Rodbertus citadas pelo *vir obscurus* são as seguintes:

P. 48 do texto: “Só existe uma *classe de valor*, que é o valor de uso. Este pode ser valor de uso *individual* ou valor de uso *social*. O primeiro se enfrenta com o individuo e suas necessidades, sem ter nenhuma relação com a organização social”. (Isto já é uma bobagem) (Cfr. *Capital*, p. 171¹⁶, onde se diz que o *processo de trabalho* como atividade racional direcionada à produção de valores de uso etc., “é comum a todas as *formas sociais* (às formas da vida humana) *por igual*”. Primeiramente, com o individuo não se enfrenta a locução “*valor de uso*”, mas, uma *série de valores de uso concretos e quais destes* se “enfrentam” com ele (pois para estes homens tudo aparece num plano “estático”) depende pura exclusivamente do grau do processo social de produção e não responde nunca, portanto, “a uma organização social”. Mas, se Rodbertus quer se limitar a dizer algo tão trivial como que o valor de uso se enfrenta realmente como objeto útil com o individuo, aparece diante dele como valor individual de uso para ele, formula uma tautologia banal e uma falsidade, posto que, para não se falar de coisas como arroz, milho ou trigo ou da carne (que para um indiano não tem nunca valor de uso alimentício), a necessidade de um título de professor ou de conselheiro do governo, ou de uma condecoração só pode lhe ocorrer a um individuo dentro de uma “organização social” muito concreta. “O segundo é o *valor de uso* que tem um organismo social formado por muitos organismos individuais (ou seja, no seu caso, indivíduos)” (p. 48 do texto). Beleza de alemão! Do que se trata aqui: do “valor de uso” do “organismo social”, de um valor de uso possuído por um “organismo social” (por exemplo, a terra nas comunidades primitivas), ou da forma “social” concreta do valor de uso em um “organismo social”, como por exemplo, ali, onde a produção de mercadorias é o regime dominante, o valor de uso que fornece um produtor é “valor de uso para outros”, devendo ser considerado, nesse sentido, como “valor de uso social”? Com este confucionismo não se pode chegar a lugar nenhum.

Passemos, pois a outra afirmação deste Fausto do nosso Wagner¹⁷: “O valor de troca não mais do que a roupagem e o atributo histórico do valor social de uso, de um determinado período histórico. Ao confrontar o valor de uso a um valor de troca como *contraposição lógica* se opõe a um conceito lógico um conceito histórico em lógica contraposição, o que logicamente não pode ser” (p. 48 nota 4). “Ou seja, – diz *ibidem* Wagnerus jubiloso – isto é perfeitamente exato”. E quem é o “homem” que comete este disparate? Não há menor duvida que Rodbertus direcione o tiro contra mim, posto que segundo R. Meyer, seu criado, deixou escrito um livro muito volumoso contra *O Capital*. Quem é que estabelece aqui uma contraposição lógica? O senhor Rodbertus, para quem o “valor de uso” e o “valor de troca” são por natureza, meros “conceitos”. Na verdade, se pegarmos uma lista qualquer de preços, veremos que nela, cada classe concreta de mercadorias incorre neste mesmo processo ilógico, ao diferenciar-se enquanto *bens*,

¹⁶ Cfr. P. 152 da presente edição. (Ed.)

¹⁷ Jogo de palavras em que se alude ao Fausto de Goethe, cujo criado leva o nome de “Wagner” (Ed.).

como *valores de uso*, como algodão, fição, ferro, trigo, etc., das demais, ao apresentar-se como “coisas” qualitativamente distintas das outras *toto coelo*, ao mesmo tempo que seu *preço* as representa qualitativamente iguais, como modalidades apenas quantitativamente distintas da *mesma substancia*. A mercadoria se apresenta para aquele que a usará, em sua forma material específica, e, ao mesmo tempo, em sua *forma de valor*, “comum” a ela e a todas as demais mercadorias, como *valor de troca*. Aqui só existe uma contraposição “lógica” para Rodbertus e os pedantes mestres de escola da Alemanha semelhantes a ele, que partem do “conceito” de valor de uso, e não da “realidade social”, da “mercadoria”, e depois desdobram o conceito como se tivesse duas caras, para concluir discutindo qual dos dois fantasmas assombrados pelos seus cérebros é o verdadeiro.

Entretanto, como pano de fundo sombrio destas frases pomposas se levanta simplesmente a descoberta imortal de que, qualquer que seja a situação em que se encontre o homem, tem que comer, beber, etc. (e não cabe acrescentar, seguindo o fio do discurso, que se vestir, dispor de faca e garfo, de cama e habitação, por que não acontece assim *em todas as situações*); em uma palavra, tem que – seja qual for a situação em que se encontre – encontrar na natureza já pronto os objetos exteriores necessários à satisfação de suas necessidades e apropriar-se deles, ou, prepará-los com os materiais que a natureza lhe proporcione; por tanto, deste modo material de proceder, o homem conserva sempre, na prática, certos objetos do mundo exterior como “valores de uso”, ou seja, como objetos de que se serve para usá-los. A isto se limita Rodbertus para focar o valor de uso como um conceito “lógico”. Que o homem precisa respirar? Então o “respirar” é um conceito “lógico” e não “fisiológico”, deus nos livre! Mas, onde melhor se revela a superficialidade de Rodbertus é na sua contraposição de um conceito “lógico” a outro “histórico”. Ele somente considera o “valor” (o econômico, por oposição ao valor de uso da mercadoria) na sua forma de manifestar-se, ou seja, como *valor de troca*, e como este só se apresenta onde ao menos uma parte do produto do trabalho, dos objetos úteis, funciona já como “mercadorias”, e isto não acontece desde o primeiro momento, mas, somente a partir de uma certa fase social de desenvolvimento, ou seja, ao chegar a um determinado grau de desenvolvimento histórico, descobrimos que o *valor de troca* é um conceito “histórico”. Se Rodbertus tivesse prosseguido analisando – mais pra frente direi por que não o fez – o valor de troca das mercadorias – pois este só aparece onde há *mercadorias* em plural, diversas classes de mercadorias – teria encontrado o “valor” por trás desta forma de manifestar-se. E se tivesse prosseguido investigando o valor, teria visto que aqui o objeto, o “valor de uso”, aparece como mera *materialização do trabalho humano*, como *gasto da mesma força humana de trabalho*, por onde este conteúdo se representa como o caráter *material* da *coisa*, como [caráter] que correspondesse naturalmente a *ela própria*, ainda que esta materialidade¹⁸ não apareça em sua forma natural [na da mercadoria] (é justamente por isso que precisa de uma forma especial de valor). Teria descoberto então, que o “valor” da mercadoria não faz outra coisa senão expressar numa forma historicamente progressiva o que já existia em todas as demais formas históricas de sociedade, ainda que *sob outra forma, ou seja: o caráter social do trabalho*, enquanto *aplicação da força social do trabalho*. E se o “valor” da mercadoria é somente uma forma histórica concreta, algo

¹⁸ Materialização do trabalho humano abstrato (Ed.).

que existe em todas as formas de sociedade, o “valor social de uso”, como ele caracteriza o “valor de uso” da mercadoria, também o será. O senhor Rodbertus pega de Ricardo a medida da magnitude de valor, mas, assim como Ricardo, tampouco ele investigou nem compreendeu a substância mesma do valor, por exemplo, o caráter “comum” do¹⁹ nas comunidades primitivas como organismo coletivo das forças de trabalho associadas, e, portanto, o [caráter “coletivo”] *de seu trabalho* na aplicação destas forças.

É desnecessário continuar examinando as baboseiras de Wagner.



Nota do tradutor

Apresentamos ao leitor um texto pouco conhecido de Marx traduzido da versão de O Capital em espanhol da Editorial Cartago, Buenos Aires, 1956. A tradução faz parte das atividades realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa “A concepção de natureza de Karl Marx e o Serviço Social”.

Trata-se do último escrito econômico de Marx e o interesse na sua publicação se deve à importância científica e metodológica que tem. Provavelmente estas glosas eram anotações que Marx utilizaria para algum trabalho que não fez, por isso, o excesso de destaques, citações e grifos que, no entanto preservamos por considerar que o acesso à forma de anotação utilizada por ele pode ser valiosa para os pesquisadores e estudiosos de sua obra.

A referência às páginas do Tratado de Wagner não podem ser postas nas normas da ABNT por não termos acesso ao original utilizado por Marx, mas, são mantidas para uma confrontação posterior por quem tenha acesso a ela.

Também preservamos as notas de rodapé da versão em espanhol.

Evaristo Colmán

Recebido em: 01/05/2011

Aprovado em: 12/06/2011

¹⁹ Aqui será necessário interpolar, para completar o sentido, as palavras “processo de trabalho” (Ed.).